

As dúvidas da dívida

Ricardo Noblat

O que ocorreu com a adoção do Plano Cruzado em 28 de fevereiro do ano passado foi um ato de vontade do presidente da República. O que ocorreu na semana passada com o anúncio da suspensão de parte do pagamento dos juros da dívida foi um ato de resignação. O ato de vontade, que obteve boa repercussão econômica, serviu para driblar a crise política que ameaçava deixar o governo pendurado no espaço, abreviando-lhe a duração.

Do modo como foi apresentado pelo presidente e pelo ministro da Fazenda, o ato de resignação diante da situação pré-falimentar do país esconde, no mínimo, a incompetência da gestão econômica e serve à tentativa de resgate da credibilidade perdida pelo governo. Se bem-sucedido, o novo ato arrefecerá, temporariamente, o ânimo de uma Constituinte sem controle e ajudará à sobrevivência do governo. É de se ver.

O quadro sobre o qual se decalcou o ato de vontade do cruzado é muito semelhante ao que resultou no ato de resignação oferecido como ato de coragem e, em certa medida, de afronta. No ano passado, como agora, estava em baixa a popularidade do governo, a inflação alcançava níveis alarmantes e os partidos que integram a Aliança Democrática emitiam repetidos sinais de desconforto — especialmente o PMDB.

A idéia do restabelecimento imediato das eleições diretas para presidente da República começava a encantar o PMDB às vésperas do cruzado. As vésperas do que se procura apresentar como uma moratória, como se não vivêssemos assim há muitos anos, o encurtamento do mandato do presidente começava, uma vez mais, a seduzir amplas parcelas do PMDB e já se infiltrava no espírito do PFL que tem hoje, em Aureliano Chaves, seu candidato.

O cruzado legitimou o mandato que o presidente Sarney conseguiu através de um Colegio Eleitoral considerado espúrio pelo PMDB e, mais adiante, exorcizado da Constituição. É cedo para avaliar se a "moratória técnica" conferirá ou não a legitimidade perseguida uma vez mais. O discurso oficial que a justifica é razoável para desfazer a impressão de que chegamos a ela, na verdade, por incúria do governo.

Dispensa-se a consulta a aplicados críticos do governo como Leonel Brizola e Delfim Netto para se concluir o que o presidente e seu ministro da Fazenda se esforçam por negar. Consultem-se os recentes desembarcados do governo, como os economistas Pérsio Arida e André Lara Resende ou o ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher. A condição de ministro do Planejamento impede que João Sayad engrosse o coro.

No final do primeiro semestre do ano passado, o governo reuniu as melhores condições possíveis para renegociar a dívida externa — e preferiu não fazê-lo. Tinha credibilidade interna, reservas de divisas ainda elevadas e uma inflação reduzida a zero ou a quase isso. Lá fora, a conjuntura não poderia ser mais desfavorável aos interesses dos credores da dívida. O sucesso subiu à cabeça do governo e paralisou-o.

O sonho de um presidente popular e de um país com inflação revogada e com o maior crescimento econômico do mundo custou sete bilhões de dólares das reservas estocadas — e pode ter custado uma recessão que já se insinua, uma inflação que teima em disparar, o medo e a incerteza que se instalam por toda parte. O ato sugerido como de altivez deveria ter sido um ato de contrição, de expiação de culpa.

Propõe-se o governo, para poder arrotar com as conseqüências do seu ato da semana passada, a enviar ao Congresso um projeto de lei que reduza ou elimine subsídios e não gastar durante seis meses mais do que arrecada e obrigar as empresas estatais a viverem de acordo com seus orçamentos. Isso implicará, entre outras coisas, a adoção imediata de uma política realista de reajuste das tarifas públicas.

Se o reajuste for incorporado pelos índices de preços que indexam os salários, isso significará mais inflação — mais inflação sinaliza na direção de um futuro arrocho salarial. Se o reajuste ficar de fora, o arrocho será imediato. No front interno das correções do cruzado não realizadas no ano passado é que se definirá o grau de solidariedade política que o PMDB e o PFL ofertarão ao governo que por ora sustentam.

Mais que econômica, a crise, de fato, é política, como o próprio presidente da República reconhece e admite para seus interlocutores. Decorre do pecado original de um mandato à procura de legitimação, de um governo sem partidos e obrigado a governar a curto prazo, e de partidos à caça de programas que lhes confirmem consistência e durabilidade. Em um país de instituições tão frágeis como o nosso, é de se temer o resultado da combinação de elementos tão explosivos como esses.